



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 407/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1555/2014 (02 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sra. Nádia Cristina D'Ávila Ferreira, Presidente do FEMA no período de 01.01.2013 a 23.09.2013, Sra. Kamila Botelho do Amaral, Presidente da FEMA no período de 24.09.2013 a 31.12.2013 e o Sr. José Adailton Alves, Secretário-Executivo do FEMA.

6- Unidade Técnica: DICAD-AM – Informação conclusiva nº. 41/2015 (fls.206/210).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 974/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 211/214v).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA. Exercício 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinação à origem. Quitação ao responsável. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas no sentido de:

9.1- Julgar Regular, Com Ressalvas, a Prestação de Contas do Fundo Estadual do Meio-Ambiente, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. Nádia Cristina D'Ávila Ferreira, Presidente do FEMA no período de 01.01.2013 a 23.09.2013, da Sra. Kamila Botelho do Amaral, Presidente do FEMA no período de 24.09.2013 a 31.12.2013 e do Sr. José Adailton Alves, Secretário-Executivo do FEMA, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96 (Lei Orgânica TCE/AM), e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno do TCE/AM);

9.2- Determinar à origem que planeje melhor suas futuras ações, observando com o devido rigor toda a legislação pertinente à espécie;

9.3- Dar quitação aos responsáveis, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.4- Após, determinar o arquivamento do presente processo.

Fls. N° _____